

INFLUÊNCIAS SÓCIO-CULTURAIS NO MODO DE SER DO HOMEM

Rogue Amadeu Kreutz

"Toda práxis humana exige inteligência, teoria. (.....). Uma práxis carente de inteligência, de teoria, seria meramente instintiva, condicionada, puramente mecânica, e por isso não humana." (LIBÂNIO, 1979, p. 29).

Pelo presente ensaio, temos o objetivo de explicitar um referencial teórico (entre outros possíveis) que sirva de fulcro para descrever e analisar os modos de pensar, sentir, querer e agir do homem concreto, inserido numa sociedade situada historicamente. Tentaremos perseguir o nosso propósito realizando uma abordagem fenomenológica do homem como ser social. Para tanto, valer-nos-emos de pesquisa bibliográfica.

Apesar de nossa posição epistemológica sintonizar com a de LIBÂNIO (1979, p.73), segundo a qual "não é válida nem uma visão prometéica do homem criador absoluto de si, nem a de mero robô da sociedade, nem a de fruto feito de feixes genéticos", mas que no modo de ser do homem "interferem os elementos biogenéticos, as decisões livres humanas, os dados objetivos sociais", privilegiaremos, neste ensaio, a descrição de fatores sócio-culturais que influenciam substancialmente o modo de ser do homem.

O homem é um ser constituído de tal maneira que a sua programação genética (instintiva) é bastante limitada. Não há mundo pré-determinado geneticamente para a espécie humana, assim como para as outras espécies animais. Segundo BERGER e LUCKMANN (1978, p. 70), a "relação (do homem) com o ambiente circunstante é em toda parte muito imperfeitamente estruturada por sua própria constituição biológica". Em outras palavras: A organização instintiva do homem pode ser descrita como subdesenvolvida, se comparada com a de outros mamíferos superiores. Portanto, na natureza humana existe grande flexibilidade de programação relacional. Diante dessa abertura ao mundo, existe a possibilidade de múltiplas e distintas percepções humanas de uma mesma realidade, bem como diversidade de formações sócio-culturais em ambientes geográficos semelhantes.

Entretanto, apesar de o homem estar aberto ao mundo, a experiência referente às atividades humanas evidencia que tanto o seu comportamento externo quanto o interno se vinculam a um princípio universal indispensável a sua sobrevivência: a necessidade de uma certa ordem na atividade, na conduta e no pensamento. Segundo ALVES, (1986, p. 36), "não existe vida sem ordem nem comportamento inteligente sem ela." Tanto a ciência quanto o senso comum de uma determinada formação sócio-cultural explicam a realidade e agem sobre ela governados por uma certa ordem. "O mundo de cada um é sempre lógico do seu ponto de vista." (ALVES, 1986, p. 38). Isso significa que, embora um princípio universal de ordem determine o modo de ser dos homens, pode haver diversificadas ordens de organização física e mental de um mesmo aspecto da realidade.

Desse contexto de princípios gerais emerge a questão chave do presente ensaio: Quais são os fatores sócio-culturais substantivos que contribuem para a concretização de ordens específicas nos modos

de ser - pensar, sentir, querer, agir - de homens situados historicamente? Tentemos, portanto, encontrar respostas coerentes para essa questão.

A história biológica do organismo humano demonstra que sua sobrevivência depende não só de um ambiente natural particular, mas também de uma ordem sócio-cultural específica, pré-existente ao nascimento de cada indivíduo. A criança nasce biologicamente impotente para sobreviver e se desenvolver. Para satisfazer suas necessidades básicas depende de outros.

BERGER e LUCKMANN (1978, p. 73) assim explicam a influência ambiental sobre o homem:

O período durante o qual o organismo se desenvolve até completar-se na correlação com o ambiente é também o período durante o qual o eu humano se forma. Por conseguinte, a formação do eu deve também ser compreendida em relação com o contínuo desenvolvimento orgânico e com o processo social, no qual o ambiente natural e o ambiente humano são mediatizados pelos outros significativos.

Logo a seguir, no lugar citado, continuam os autores: "Os mesmos processos sociais que determinam a constituição do organismo produzem o eu em sua forma particular, culturalmente relativo."

PAIM (1982), partilha da mesma posição epistemológica, analisando a questão sob o ponto de vista da aprendizagem. Segundo a autora, o homem, ao nascer, está na completa dependência de seus semelhantes. Geralmente, tal dependência se realiza concretamente ao nível mãe-filho, relação que também constitui a gênese da aprendizagem humana. Aprendizagem que se concretiza através de uma comunicação psíquica amorosa bipolar, realizada através do olhar. O filho percebe que o olhar da mãe lhe é dirigido afetuosamente; mas, aos poucos, percebe que o olhar da mãe também é dirigido para outros seres. Esse interesse da mãe transfere-se para o filho, estabelecendo um processo de aprendizagem por triangulação: MÃE - FILHO - PAI (ou outro objeto de interesse).

Nessa descrição da aprendizagem, cabe-nos ressaltar que a criança, graças a sua abertura ao mundo, é um ser extremamente maleável, ficando sua formação psicossocial à mercê dos que sobre ela exercem sua influência ou ação educativa. Isso porque, no decorrer da história de cada indivíduo, o papel originário da mãe passa a ser exercido também por "outros significativos".

MARQUES (1973, p.28), com base em Mead, explica o processo de formação do EU sob o ponto de vista sociológico:

A gênese do eu é identificada com a descoberta da sociedade. A criança descobre quem ela é ao aprender o que é a sociedade. Aprende a desempenhar os papéis que lhe são adequados, ao aprender 'a assumir o papel do outro' - o que, aliás, é a função sócio-psicológica crucial da brincadeira, na qual as crianças representam vários papéis sociais e, ao assim fazer, descobrem os papéis que lhe são atribuídos. Todo esse aprendizado ocorre, e só pode ocorrer, em interação com outros seres humanos, quer

se trate dos pais ou de qualquer outra pessoa que eduque a criança. A criança primeiro assume papéis ligados àquelas pessoas que Mead chama de seus 'outros significativos', isto é, aquelas que lidam com ela mais de perto e cujas atitudes são decisivas para a concepção que a criança faz de si mesma. Mais tarde, a criança aprende que os papéis que representa são relevantes não só para o seu círculo íntimo, como também se relacionam com as expectativas da sociedade em geral.

De acordo com o ponto de vista explicitado, a identidade não é algo pré-existente ou inato, mas é fruto da socialização, em cuja base estão a coerção e o reconhecimento social. Socialização que compreende duas dimensões: socialização primária e socialização secundária.

A socialização primária tem um caráter mais abrangente do que a secundária. Assim como esta, ocorre dentro de uma formação sócio-cultural pré-existente ao nascimento de cada indivíduo humano. Cada novo ser humano interioriza gradualmente conhecimentos, comportamentos, valores próprios de seu agrupamento humano. Trata-se de uma aprendizagem ou uma formação do eu espontânea (e, por vezes, coercitiva) que acontece através da exteriorização e objetivação dos modos de ser das pessoas e de seus modos de fazer as coisas. Resume-se, sobremaneira, naquilo que os membros de um agrupamento humano DEVEM saber e fazer.

Já a socialização secundária tem um caráter mais específico, pois decorre da divisão social do trabalho e do saber. BERGER e LUCKMANN (1978, p. 185) assim a explicam:

... a socialização secundária é a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho.

(.....)
Os "submundos" interiorizados na socialização secundária são geralmente realidades parciais, em contraste com o "mundo básico" adquirido na socialização primária.

Ainda na obra citada, afirmam os mesmos autores:

Em virtude dos papéis que desempenha, o indivíduo é introduzido em áreas específicas do conhecimento socialmente objetivado, não somente no sentido cognoscitivo estreito, mas também no sentido do "conhecimento" de normas, valores e mesmo emoções.

Segundo a fonte citada, pode haver uma identificação entre o indivíduo (subjetividade) e o papel que ele desempenha na sociedade (objetividade), fenômeno que se denomina "reificação de papel". Trata-se de um processo que se realiza gradualmente em certos indivíduos, podendo chegar a seu grau máximo: "uma identificação total do indivíduo com as tipificações que lhe são socialmente atribuídas." (BERGER e LUCKMANN, 1978, p. 125-6). Exemplos comuns são os casos em que certos dignatários da hierarquia social se identificam com os cargos ou papéis que exercem, preferindo ser tratados com a denominação dos cargos que ocupam.

BERGER e LUCKMANN (1978) defendem, outrossim, que o controle social efetuado pela socialização se impõe sobre o indivíduo humano em forma de círculos concêntricos: O círculo exterior seria representado pelo sistema legal e político; (cremos que a este poder-se-ia acrescentar a língua-padrão); o segundo seria o da moralidade, constituída pelos costumes e convenções sociais; ambos se concretizariam através da coerção, orientação, assistência, terapia, etc.; um terceiro, menos geral do que os anteriores, constituir-se-ia pela socialização secundária decorrente da ocupação/profissão; finalmente, como último círculo, teríamos a vida privada da pessoa, representada por conhecimentos e valores restritos à família e aos amigos pessoais. "A desaprovação, a perda de prestígio, o ridículo ou o desprezo nesse grupo mais íntimo têm efeito psicológico muito mais sério que em outra parte." (BERGER, 1978, p. 89-90). Cada um desses círculos representa uma força que influencia o modo de ser de cada homem concreto.

Ressaltemos, todavia, que os sistemas legal, político, profissional, na prática, não agem da mesma forma sobre indivíduos de classes sociais distintas. Moralidade, costumes, convenções também divergem de classe para classe. Além disso, há ocupações específicas para cada classe social, bem como vidas privadas estereotipadas por classe. De acordo com BERGER (1978, p. 95),

Cada ambiente de classe forma a personalidade de seus membros através de inumeráveis influências que começam ao nascimento e que se estendem até a formatura do curso secundário ou ao reformatório, conforme o caso. (.....). (...) ao tentar compreender a importância de classe, estamos não só examinando outro aspecto de controle social, como estamos começando a vislumbrar a maneira como a sociedade penetra nos recônditos de nossa consciência (...).

Portanto, as socializações efetuadas nos diferentes círculos concêntricos têm características próprias para cada classe social. Assim sendo, constituem objetos com peculiaridades próprias para as respectivas consciências individuais, conformando também esta ao modo de ser comum da respectiva classe.

Se nos valêssemos de princípios semelhantes aos explicitados acima para analisar a natureza humana, poderíamos, inclusive, concluir que o círculo concêntrico exterior refere-se à "consciência coletiva", compreendida pela comunhão intersubjetiva de consciências da humanidade, com os respectivos conteúdos atávicos ou arquétipos da espécie. À consciência coletiva seguir-se-ia a consciência de classe, (não entendida como "consciência de si", mas como "consciência em si"), compreendendo os conteúdos e as formas sócio-culturais comuns internalizadas de modo característico por cada classe. Em outras palavras, compreenderia a significação global que cada classe atribui à realidade sócio-cultural, tanto em decorrência do sistema legal e político, quanto do sistema moral e convencional. Posteriormente, viria o círculo da consciência setorial, formada pela internalização efetiva dos conteúdos e formas específicas de um determinado grupo, seja este ocupacional ou de outra ordem (partido político, religião, filosofia/ideologia, teoria científica). Isso significa que uma mesma consciência individual pode estar condicionada por diferentes consciências setoriais, dependendo do

número de grupos a que esteja vinculada. Finalmente, a consciência familiar completaria o esquema, abrangendo a socialização primária restrita compreendida pelos conhecimentos e valores internalizados por influência dos pais e irmãos, parentes, amigos, vizinhos, sobretudo no período da infância.

A assimilação dessa ordem pré-existente, instituída historicamente, muito embora responda à necessidade de ordem na atividade, na conduta e no pensamento do ser humano e lhe garanta a sobrevivência, constitui um relativo fechamento desse ao mundo, porquanto enquadra o seu modo de ser (pensar, sentir, querer, agir) em ordens específicas. Assim interpretada, a socialização bloqueia o desenvolvimento da autoconsciência e da individuação. Bloqueio realizado pelas condições culturais (sócio-econômicas, políticas, ideológicas) que limitam o crescimento individual, ratificando a simbiose original FILHO-MÃE sob a forma de INDIVÍDUO-SOCIEDADE. Assim, a identidade de cada um não pode realizar-se pela individuação, mas reflete a respectiva organização sócio-cultural.

Embora pré-existentes à entrada de cada indivíduo humano em cena, as formações sócio-culturais foram e são construídas por sujeitos-agentes do processo social. Uma penetração vertical em qualquer organização sócio-cultural desvela que esta se constituiu historicamente e que, na base desse processo, estão agentes de prestígio e poder, os quais também estiveram e estão presos a seus condicionamentos de classe. Assim sendo, a atuação na construção de uma sociedade determinada é guiada por modos de pensar, sentir, querer e agir próprios da classe dos respectivos construtores.

Segundo BERGER (1978, p. 40), um estudo crítico da sociedade, além da interpretação oficial, deve abranger também a estrutura oculta. "Podemos, então, conceber a 'sociedade' também como a estrutura oculta de um edifício, cuja fachada exterior oculta aquela estrutura." A fachada exterior representa a versão oficial ou a ideologia que pretende ser a explicação da sociedade. Ideologia constituída por "concepções que servem para justificar os privilégios de algum grupo. Com muita frequência, tais concepções distorcem (sic) sistematicamente a realidade social (...)." (BERGER, 1978, p. 51).

Assim sendo, somente uma pessoa irremediavelmente ingênua acredita que a leitura de um jornal, por exemplo, lhe proporciona um quadro completo da realidade política. Segundo o autor citado,

O sociólogo estará (.....) interessado em descobrir a maneira como poderosos interesses influenciam ou mesmo controlam as ações das autoridades eleitas segundo as leis. Esses interesses não serão encontrados na prefeitura, e sim nos escritórios de dirigentes de empresas que talvez nem mesmo se localizem nessa comunidade, nas mansões privadas de um punhado de homens poderosos, talvez nos escritórios de certos sindicatos trabalhistas ou até mesmo, em certos casos, nas sedes das organizações criminosas. (BERGER, 1978, p. 43).

Acrescentemos a isso que a maior parte da população de cada sociedade, em decorrência dos condicionamentos sócio-culturais que sofreu e sofre, não tem consciência de si, mas apenas consciência

em si, hospedando a consciência objetivada da classe dominante (para usar a expressão de Paulo Freire). Essa "falsa consciência" garante a manutenção de uma situação mais confortável e privilegiada para poucos, contra uma situação pouco confortável e até de necessidade para muitos.

Nas descrições até aqui realizadas, emerge o postulado de que o homem é um ser histórico, de um lado limitado por dimensões concretas de uma dada realidade e, de outro, aberto ao mundo, capaz "de propor e perseguir suas próprias finalidades, pois possui o seu próprio ponto de decisão em si e em suas relações com o mundo e com os outros homens." (FREIRE, apud LYRA, 1979, p. 38). Entretanto, o grau de abertura/fechamento ao mundo diverge de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, de classe social para classe social, de sociedade para sociedade, em decorrência de uma série de fatores, dentre os quais se destaca a intensidade das socializações sofridas.

Graças a sua característica de abertura ao mundo, o homem "estabelece uma relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade que o conduz ao reconhecimento de suas situações-limites (sic), isto é, dimensões concretas e históricas de uma dada realidade." (FREIRE, apud LYRA, 1979, p. 39). Segundo o autor em foco, as situações-limite somente podem ser ultrapassadas por uma ação crítica e transformadora. Com essa posição também concorda SAVIANI (apud FLEURI, 1978, p. 14) ao afirmar: "sua capacidade de interferir na situação está na dependência do grau de consciência que possui da situação." No entanto, as situações-limite sempre reaparecem, num "continuum inacabado".

Creemos que o referencial teórico exposto no presente trabalho nos possa servir de fulcro não só para orientar a seleção dos dados que são necessários para detectar os condicionamentos sócio-culturais de nossos alunos, mas nos sirva também para identificar os nossos próprios condicionamentos. Somente isso nos permitirá superar as inacabadas situações-limite que ocorrem no processos educacional e social.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência*. 8 ed, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas: Uma visão humanística*. 4 ed, Petrópolis, Vozes, 1978.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. 4 ed, Petrópolis, Vozes, 1978.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Consciência Crítica e Universidade*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1978. (Mimeo)
- LIBÂNIO, J. B. *Formação da Consciência Crítica: 1. Subsídios Filosófico-Culturais*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- LYRA, José Hailton Bezerra. *A Evolução do Conceito de Conscientização no Pensamento de Paulo Freire*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ, 1979. (Mimeo)
- MARQUES, Mário Osório. *Sociologia Geral*. Ijuí, IRDOC/FIDENE, 1973. (Mimeo)
- PAIM, Sara. Reprodução de uma palestra gravada na Biblioteca Municipal de Mar del Plata, em 27 e 28/08/82.